

Ata da 40ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em dezoito de junho de 2014, com início às quatorze horas e trinta minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Lauri Dall'Agnol, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limites, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcio Pacheco, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal, Marcos Rios, Danny de Paula, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão; ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela Mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Ofício nº 129/2014 do gabinete do vereador Romulo Quintino, comunicando não comparecimento na presente sessão. Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 181/2013. Projeto de Lei nº 70/2014. Projeto de Lei nº 71/2014. Ofício nº 300/2014 do Executivo Municipal solicitando urgência na deliberação do Projeto de Lei nº 69/2014. Ofício nº 0232/DIMEL do INMETRO em resposta ao requerimento nº 109/2014. Ofício nº 125/2014 da Secretaria do Meio Ambiente, em resposta ao ofício nº 193/2014 SEC/CMC de 11.06.2014. Requerimentos nº 148, 149, 150 e 151/2014. Indicações nº 521 à 540/2014. Parecer favorável nº 286 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de Lei nº 60/2014. Parecer favorável nº 287 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 62/2014. Parecer favorável nº 288 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 68/2014. Parecer favorável nº 289 da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 181/2014. Parecer contrário nº 290 da Comissão de Saúde e Assistência Social a Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 181/2013. Parecer favorável nº 291 da Comissão de Segurança Pública e Trânsito ao Projeto de Lei nº 59/2014. Parecer contrário nº 292 da Comissão de Segurança Pública e Trânsito ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2014. Parecer favorável nº 293 da Comissão de Agricultura e Defesa do Meio Ambiente ao Projeto de Lei nº 181/2013. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Rui Capelão, Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta e Gugu Bueno. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** - quando não houve qualquer solicitação, neste sentido. **ORDEM DO DIA** - Presidente: Como os senhores devem ter acompanhado então, o requerimento que foi aprovado, assinado pela maioria dos senhores vereadores em proposição dos senhores Nei H. Haveroth, Jaime Vasatta e Paulo Bebber, solicitando a presença do secretário de Meio Ambiente do município, senhor Paulo Carlesso, ele encaminhou então um ofício com algumas alegações que

justificam a sua ausência, conforme foi lido pelo senhor secretário, portanto, não estará presente à sessão. Damos início neste momento à ordem do dia. O projeto de Lei nº. 17/2014 de autoria dos vereadores Paulino Pereira, Rui Capelão e Walmir Severgnini que dispõe sobre as apresentações dos artistas de rua nos logradouros do município de Cascavel e dá outras providências, que foi aprovado nesta Casa pela totalidade dos senhores vereadores dias atrás teve o veto total por parte do Poder Executivo encaminhado por meio do Ofício do gabinete nº. 276/2014. Em discussão: o veto. – Gugu Bueno - Por questão de ordem, senhor presidente – Marcio Pacheco – pois não vereador – Gugu Bueno - gostaria que o senhor designasse um vereador pra ficar a minha direita, senhor presidente, pra que essa mesa diretora não fique faltando membro. – Marcio Pacheco – vamos solicitar a gentileza do nosso vereador João Paulo pra compor a mesa de honra, caso ele aceite. Por gentileza vereador para hoje fazer às vezes do 2º. Secretário. Senhores, então, em discussão: o veto total ao Projeto de Lei nº. 276/2014. – Rui Capelão – peço a palavra, senhor presidente. – Marcio Pacheco – com a palavra o vereador Rui Capelão – Rui Capelão – senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência. De início eu gostaria de dizer que é lamentável o veto que nós estamos recebendo de um Projeto de Lei aprovado por esta Casa em 1ª. e 2ª. votação e aprovado por todas as comissões por onde passou. Quero neste momento também respeitar aquilo que o Poder Executivo coloca, porque ele tem os interesses dele e nós temos o interesse para defender a nossa sociedade. Portanto estamos em defesa da nossa população, da nossa sociedade. Eu acho que é isso que nós temos que continuar fazendo dentro desta Casa. Vou dizer assim, como mais idoso ou mais experiente tenho pedido a todos os senhores, desta forma nós nos comportamos. Já se ouvia de Castro Alves, ele dizer que a praça é do povo como o céu é do condor. Portanto, realmente as praças são do povo. E hoje quem ocupa a praça, normalmente todas as pessoas que estão na praça, eles não estão ali para lazer, eles estão ali, na maioria das vezes, para trabalho, passando por ela, observando os espaços públicos, tentando fazer com que a praça seja um pouco mais útil. Eu cansei de parar no meio da praça e vi muita gente parar pra ver aquele homem da cobra, aquele que estava vendendo medicamentos caseiros e tantas outras atividades que se via lá, o Zé do Caixão no meio da praça, coisas assim bastante importantes e que aquilo nos dava um dia até mais alegre quando nós tínhamos um tempinho pra passar para olhar. Portanto eu acho que o cerceamento da atividade dos nossos meninos de rua e que procuram apresentar o seu trabalho é um pouco complicado. Nós temos que entender que realmente a nossa Constituição, ela permite que isso aconteça e nós temos que arcar com aquilo que a Constituição define, que a lei define. Nós não

podemos mudar a Constituição, nós temos é que respeitá-la principalmente como legisladores, como cidadãos. A Constituição nos diz que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença. Portanto, este texto da Constituição diz que realmente nós temos que respeitar essa atividade de meninos de rua que fazem o seu trabalho. E sabendo nós, que esse é o trabalho deles. Eles ganham, eles sobrevivem fazendo isso honestamente. Eles não estão desviando o dinheiro de ninguém, eles não estão extorquindo. Eles estão realmente tentando buscar o sustento de sua família. E acima de tudo, mostrar o seu talento que hoje não é muito pouco talento que nós temos em nossa sociedade. Sabemos disso, daquilo que está dentro dos nossos teatros. Porque nós hoje muito pouco conseguimos ver pessoas que trabalham com teatro. Por quê? Porque não existe, muitas vezes, uma remuneração definida para essas pessoas. Elas têm que trabalhar em cima daquele interesse da nossa população, do gosto da população para que eles sobrevivam. Portanto, é fundamental que nós olhemos essas partes que são bastante importantes. Se nós sairmos por aí, olhando Londrina, São Paulo, outras cidades, Belo Horizonte, etc. nós vamos encontrar os meninos de rua, os artistas de rua trabalhando, mostrando o seu trabalho, o que eles realmente têm para mostrar para nossa sociedade. Então isso é bastante importante que nós venhamos a considerar. A lei proposta pela comissão, nada mais é de que, uma tentativa de regulamentar a garantia, o que está escrito na nossa Constituição. Quando se vê lá no veto que o município não terá nenhuma autoridade para manter a ordem, a tranquilidade e também que a lei servirá para instigar ainda mais a divergência entre a administração pública no exercício do seu poder de polícia, isso me causa estranheza porque a ordem pública, quem mantém a ordem pública são os órgãos de polícia. Não é função do Poder Executivo manter a ordem pública. São questões de poder de polícia. Então é a Polícia Militar, a Polícia Civil que vão manter a ordem pública. A polícia de trânsito vai manter a ordem no trânsito e assim sucessivamente. Portanto, eu acho que as pessoas que fizeram essas justificativas não foram muito felizes neste momento e, portanto, eu gostaria que os senhores considerassem que na realidade nós temos que partir do princípio que nós estamos fazendo uma lei para melhorar esse trabalho dos artistas de rua. Se não existe nenhuma regulamentação, nós estamos dando um passo para essa regulamentação. E em cima desse passo que está sendo dado por esta Casa, que o poder público, de certa forma, também se pronuncie depois, encaminhando melhoramentos na lei, modificações na lei, fazendo com que realmente os artistas de rua tenham seu espaço e que não seja atrapalhado o serviço deles. Qualquer fiscal que estiver na rua, com certeza, quando observar um artista de rua que está

exagerando no seu trabalho, que está criando alguma dificuldade, que está cometendo algum crime, alguma desordem, o que ele irá fazer? Ele irá chamar a polícia militar, fazer o relato e pedir recolha a polícia militar. Então, eu acho que o caminho é esse para saber se realmente esses artistas de rua trabalham dentro de uma ética profissional ou estão realmente criando problemas à nossa sociedade, ao comércio, àqueles que possam trazer uma reclamação. Quem tem que trazer a reclamação, nesse sentido, são os comerciantes da região onde eles estão prestando seu trabalho. Aí sim, nós precisaríamos que os comerciantes se pronunciassem nesse sentido. Mas, se nós, simplesmente por decisão pessoal, nós travarmos o direito de trabalho deles e o desrespeito à Constituição seria um agravamento muito grande desta à nossa lei maior. Muito obrigado. – Marcio Pacheco – com a palavra, o vereador Luiz Frare – Luiz Frare – senhor presidente, senhores vereadores, distinta plateia, assistência. Dentre as razões do veto, está o Parecer 86/2014 da Secretaria Municipal de Cultura, a Comunicação Interna nº. 384/2014 da Secretaria Municipal do Planejamento, a Comunicação Interna da Secretaria de Meio Ambiente e a Comunicação nº. 214 da Secretaria de Finanças. Com o parecer contrário das quatro secretarias e principalmente o último, que eu vou deixar por último pra ler, o jurídico da Prefeitura chegou à conclusão pelo veto. A Secretaria de Planejamento, por exemplo, diz o seguinte: Não foi identificada possibilidade alguma, de alguma forma de regulamentação para que as atividades ocorram de forma ordenada, sem conflito entre transeuntes e comércio local. O Rui Capelão se referiu a comércio local, e mesmo de artistas entre si. Havendo ausência quanto à organização do espaço público. Ademais, informa ainda, que com a aprovação do referido Projeto de Lei o município não terá nenhuma autoridade para manter a ordem e a tranquilidade pública, mostrando aqui a proposta em apressado ser contrária ao interesse público. Por sua vez, a secretaria de finanças emitiu parecer também contrário quando informa que o projeto “pode conduzir falsa interpretação de que o artista está dispensado de autorização administrativa prevista no artigo 265 e 268 segundo código tributário municipal”. Servirá para... – Marcio Pacheco – preciso pedir a gentileza que permaneçam em silêncio segundo prevê o próprio regimento. Por gentileza, vamos ouvir o debate democrático todos os senhores vereadores. – Luiz Frare – servirá para instigar ainda mais as divergências entre a administração pública no exercício de seu poder de polícia e os artistas de rua. Por fim e principalmente, aqui, o parecer do Conselho Municipal de Cultura composto por 60 cidadãos cascavelenses e diz o seguinte: o Conselho Municipal de Cultura emitiu parecer onde entende falhas na lei, tais como: a) a praça Catedral é uma área de propriedade particular sendo que o município não tem poderes sobre o

uso de área. A proposta da lei insere os artesãos na livre manifestação pública, contudo, estes já possuem local apropriado no calçadão da travessa Padre Champagnat. Sendo que futuramente terão novo local devido às alterações na Av. Brasil. Um projeto de lei não pode permitir que um artista ou grupo de artistas promovam reserva de espaços públicos, tomando para si como postos permanentes de manifestações culturais já que os mesmos devem ser revezados conforme autorização municipal. Esse parecer não é da Prefeitura, não é de qualquer uma das secretarias, é do Conselho Municipal de Cultura. Era isso senhor presidente. – Paulo Porto – Peço a palavra senhor presidente – Marcio Pacheco – Com a palavra vereador Paulo Porto. – Paulo Porto – Boa tarde a todos, boa tarde à mesa, boa tarde aos vereadores, boa tarde ao plenário. Esse projeto que nós estamos discutindo, o veto do prefeito, é importante lembrar que ele foi aprovado por unanimidade nas duas votações desta Casa. Não houve um voto contrário de todos os vereadores. E também vale a pena lembrar que todas as comissões, todos os pareceres foram favoráveis. Então, é importante ter claro que estamos discutindo um veto a respeito de um projeto que foi unânime a sua aprovação nesta Casa com todos os pareceres favoráveis. Eu espero, sinceramente, que esta Casa não mude de posição a partir do veto do prefeito, até porque é o mesmo projeto com as limitações, com as mesmas qualidades, com as mesmas características. Eu creio que aqui ninguém votou errado. E a argumentação do executivo, que eu acho que é procedente, não acho uma bobagem, é procedente, de que a dificuldade em relação a organização dos espaços públicos se regulamente. É possível através de leis. Não é difícil isso. Então, eu entendo que é falta de vontade política, caso, será falta de vontade política, caso esta Casa não aprovar este projeto. E mais, eu sempre defendi e defenderei políticas públicas na área de cultura e lazer. Eu sempre, quem acompanha a tribuna, eu sempre repito aquela frase do Mano Brown, dos Racionais, o homem estrada, onde ele fala que, infelizmente, nos bairros do Brasil nós temos dois espaços apenas de lazer que é o terreiro e o boteco. Esses personagens de rua, eles nos dão um outro espaço de lazer, que não é nem o terreiro, nem a igreja e nem o boteco, que é a arte, que são os palhaços, que é o malabarismo, são os malabares, ou seja, eles fazem o que infelizmente o executivo não vem fazendo em Cascavel. Por isso, como eu sempre defendi e defendo políticas públicas pra cultura, arte e lazer, eu entendo que o executivo, ainda que ele não faça políticas públicas ele não deve não permitir que o povo faça arte. Ainda que não haja nenhum incentivo. Então, que não atrapalhe vetando este projeto. Se tem limitações, vamos corrigi-las na regulamentação. Mas, eu entendo que o veto não é o caminho. O veto é simplesmente, além de não ter política, não existe em Cascavel uma

política clara pra arte e pra cultura, o estado, município não permite que o povo faça arte e faça cultura. Por isso, companheiros vereadores, peço que mantenham a votação, mantenham sua posição das votações anteriores e peço – Rui Capelão – Me dá um aparte? – Paulo Porto – Rui Capelão, sim – Rui Capelão – obrigado vereador pelo aparte. Eu gostaria de fazer uma colocação importante: Esse projeto é de 25 de fevereiro, hoje nós estamos em 18 de junho. Fevereiro, março, abril, 3 meses. Eu acho interessante que depois desse projeto ter passado por tantas pessoas, tantos vereadores, hoje é que aparecem os pareceres de secretarias. Por que esses pareceres de secretaria, não foram antes levados ao conhecimento dos vereadores e até das comissões, para que houvesse um debate mais amplo anteriormente até com a comissão de educação que fez o projeto? Eu acho que tentaram derrubar uma coisa no afogadilho quando não se tem mais tempo para se defender. Eu acho que não houve correção por parte do conselho de cultura, não houve interesse de ajudar no projeto. Lamentavelmente foi isso que aconteceu. Eu acho que esses conselhos ou essas secretarias deveriam ter um pouquinho mais de interesse em olhar esses projetos para não causar, vamos dizer assim, essa saia justa que está causando aos nossos próprios vereadores no momento de uma votação como hoje. Depois de aprovado o projeto pela Câmara, mandarem argumentos pra cá que deixaram de fazer isso em momentos propícios. Obrigado vereador, pelo aparte. – Paulo Porto – Obrigado vereador Capelão, e por tudo isso já exposto, peço voto contrário ao veto e que nós permitamos que a população possa, se não tem acesso à arte via política pública, que possa ao menos fazer arte. Muito obrigado, e era isso, presidente – Gugu Bueno - Peço a palavra, senhor presidente – Marcio Pacheco – Com a palavra Gugu Bueno – Gugu Bueno – Senhor presidente, senhores vereadores, senhora vereadora, distinta assistência, imprensa do município de Cascavel. Presidente, na condição de líder do governo nesta Casa, acho importante fazer algumas considerações. Primeiro, se tem uma coisa que costuma não me falhar é a memória. E dias atrás, quando discutimos uma matéria nesta Casa, um projeto de lei, embora era latente no momento algumas falhas no projeto e alguma inconstitucionalidade naquele projeto, eu lembro da fala de alguns dos senhores vereadores que demonstrava um conhecimento do processo legislativo muito grande, em especial meu amigo Paulo Porto, que nos alertava naquele momento de que nós deveríamos aprovar o projeto. Aprovar o projeto sem nenhum problema, proporcionando desta maneira, a possibilidade do executivo municipal se manifestar no processo legislativo. E essa manifestação do executivo municipal, vereador Rui Capelão, ela só é possível no momento da sanção ou momento do veto. Então, tentar nos conduzir ou nos levar numa argumentação de que seria

um absurdo mudar o voto, eu acho que seria algo contraditório, uma tese levantada por esta Casa, de que se a matéria era boa, se a intenção era boa, deveríamos dar a possibilidade do executivo municipal se manifestar a cerca da possibilidade de execução ou não desse projeto de lei ou daquela lei, no caso. E isso foi feito. Essa Casa aprovou, a totalidade dos vereadores votou a favor, inclusive esse vereador. E o executivo se manifesta neste momento. Ele, que tem a função de executar a política pública da cultura, o município achou por bem vetar totalmente esse Projeto de lei. E obviamente que não preciso dizer como já disse, de que é nesse momento que o executivo, vereador Lauri, através das suas secretarias envolvidas com o tema, se manifestam. Então, não há como você exigir das secretarias do município uma manifestação anterior a este momento. Essa é a hora que a Secretaria, por exemplo de cultura, que a Secretaria de educação, que a Secretaria de finanças, enfim, que todas as secretarias envolvidas na matéria podem se manifestar. E elas se manifestaram no sentido de que o projeto contém falhas, inclusive o conselho municipal de cultura apontou falhas no referido projeto. O vereador Paulo Porto foi feliz ao dizer que entende as argumentações do executivo e que talvez fosse possível nós corrigirmos o projeto no futuro. Contudo o executivo não pode regulamentar essa lei até porque não tem previsão na lei da necessidade de um decreto regulamentando a presente lei. O artigo 9º. é muito claro. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação. Então, no momento da publicação da lei ela entra em vigor, ela não fica suspensa até a sua regulamentação. Então, isso na verdade proibiu, impossibilitou que o executivo possa fazer um decreto regulamentando esta lei. Desta maneira, e feita estas considerações, senhor presidente, peço voto favorável ao presente voto, entendendo que esse é o momento de nós nos manifestarmos em cima da manifestação do poder executivo. Há a necessidade de regulamentar essa atividade? Há. Mas não é por haver a necessidade que nós vamos regulamentar de qualquer maneira. Essa regulamentação deve ser correta, contundente. Ela deve de fato resolver os nossos problemas. E pelas falhas e pelos pontos levantados por esse projeto, eu entendo que não será essa lei a solução desta questão. Então, fica em aberto pra se produzir uma nova lei, talvez em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura, que seria muito interessante eles participarem dessa discussão, a Secretaria de Cultura, mas principalmente o Conselho Municipal de Cultura porque é uma lei de fato muito importante, uma lei que vem regulamentar essa questão, que é uma questão importante. Eu acho que como se estabelece essa política pública, isso de maneira alguma pode ser feito sem a participação do Conselho Municipal de Cultura e por isso e por todas as argumentações que fiz senhor presidente encerro a minha fala, respeitando o autor do referido Projeto por isso que teve meu voto

favorável nas duas votações, mas neste momento peço o voto favorável à manutenção do veto. Obrigado presidente. – Jorge Bocasanta - Peço a palavra senhor presidente – Marcio Pacheco – Com a palavra vereador Jorge Bocasanta – Jorge Boca Santa – nobres colegas, plateia em geral. Aqui em Cascavel infelizmente o Zé Geraldo nunca pôde vir, porque aqui o pobre não pode nem entrar na igreja, quem dirá na praça da igreja. Eles colocam cada asneira aqui. Se a praça da igreja é particular, então eles vão lá e colocam um muro. Eu não sei de onde é que vem. Na realidade nós aqui não temos nem secretário de cultura. Quem é o nosso secretário da cultura? Onde é que está? Não tem. Tem um provisório ali que está até sendo condenado pelo Ministério Público a devolver dinheiro dos jalecos e outras coisas mais. Então, aqui em Cascavel parece que realmente é o veneno da cobra que se manifesta e que tenta fazer com que a sociedade tenha um caminho único. Aquele caminho talvez da ignorância, do autoritarismo, enfim, não se respeita as divergências sociais, porque a partir do momento que os meninos de rua, os artistas estão fazendo o trabalho seu dentro de uma legalidade nada mais é do que proteger esse trabalhador. É um trabalhador. Lembra do Mussum, do Zacarias, dos trabalhões? São os trabalhadores. Eles não eram ladrões. Então, eu vejo assim que Cascavel nós não temos nada nessa cidade. O que a gente tem? Os bobódromos, as coisas. Se começa por um fio de linha, tentar fazer uma coisa diferente daí vem “não, isso vai mexer com quem está vendendo, uma loja, uma porta de uma loja, vai atrapalhar um mercado, comércio, enfim.” Mas meu Deus do céu. Se os caras estão fazendo baderna, bagunça, que chame a polícia. É a mesma coisa da bebida. Vão proibir a bebida? Vão proibir o excesso da bebida. Então, veja, não tenho dúvida nenhuma. Nós não estamos respeitando o trabalho digno de alguém. A partir do momento que vai alguém trabalhar, eu pra mim é indiferente se é o palhaço, se o advogado, se é o médico, se é o catador de lixo. Nós temos que respeitar o seu trabalho. Eu vejo aqui em Cascavel nós não temos isso. Nós temos o estádio municipal ali que cabe 50 mil pessoas e não temos um campeonato. Nós não temos nada aqui. Temos aqui o nosso teatro, tinha que por preso quem começou a fazer e não terminaram até hoje. Isso aí é uma vergonha. Nós somos uma cidade de 300 mil habitantes e não temos nada. Nós não temos nada pros nossos jovens a não ser beber cachaça, Rui Capelão. Andar de carro feito louco matando gente como acontece aqui na nossa cidade. Então eu vejo o seguinte: a partir desse momento que esses meninos saiam pra trabalhar, pra ganhar o seu pão. Quem somos nós pra proibir. Vamos proibir os excessos que eles fazer. Isso sim. A lei tem que ser coerente. Mas alguém se apresentando num algum lugar? Meu Deus do céu. Isso aí é um trabalho. É alguém que muitas vezes sustenta uma família dignamente. O que nós precisamos? Nós precisamos parar de ser

“vou atrás”. Conselho de não sei o que. Onde está esse conselho? Eu não conheço, Frare. Conselho disso conselho daquilo. Onde estão? Nós não temos nem secretário de cultura. Se você disser que tem, me diga o nome. Porque tem um substituto já faz um ano e meio, entendeu. Pode falar, apesar que você não tá de gravata vermelha nada. – Luiz Frare – Acabou o tempo, mas o conselho existe. Ele foi formado pela sociedade civil organizada com 60 membros – Marcio Pacheco – senhores, essas intervenções, eu penso que elas não contribuem. Vamos permitir o que quando o vereador fala que nos agrada vamos ouvir, quando o vereador fala que nos desagrade vamos ouvir. O debate, o diálogo se constrói dessa maneira. Não adianta a gente intervir. Vamos permitir o debate democrático e no final vamos acompanhar o resultado da deliberação. É assim que nós precisamos defender sempre. Por gentileza, vereador Luiz Frare conclua seu raciocínio, na sequência o vereador Bocasanta, também já acabou o tempo – Luiz Frare – Então era isso, acabou o tempo. - Jorge Bocasanta – Então era isso. Eu peço voto contrário ao veto. E vamos tentar mudar o pensamento de Cascavel, era isso, muito obrigado a todos – Marcio Pacheco – vereador Jorge Menegatti com a palavra - Jorge Menegatti – Obrigado, senhor presidente. Boa tarde nobres pares, imprensa, assistência. Vetor um projeto dessa natureza, senhores, ele deve ter as razões dele. As razões aqui não me convenceram. Gostaria de saber aqui, porque no projeto não diz, e vejo que não teria. Qual seria o investimento do município nessa lei? Quantos centavos o município gastaria? Nada. Quantos trabalhadores, senhores, ficam no seu horário de folga, horário de almoço ou no seu intervalo, no calçadão ou próximo sem ter o que fazer muitas vezes, vão ali pro calçadão ou próximo ao calçadão assistir esses artistas de rua. Muitas vezes estressados do trabalho, cansados. Vão ali e voltam felizes de novo para seus trabalhos. Vetar um projeto desses que não tem nenhum custo para o município causa estranheza. Seu Rui Capelão, Paulino Pereira e Walmir Severgnini, de repente é por causa dos autores do projeto. Não me causa estranheza, mas na qualidade de líder do meu voto vou pedir aos senhores que votem pela derrubada do veto. Obrigado, presidente. – Marcio Pacheco – também peço a palavra, vereadores por gentileza sua. Boa tarde a todos. Senhores vereadores, estamos aí diante de um impasse, que acredito que pode ser resolvido com maturidade, grandeza de espírito, de compreender se isso é bom ou se é ruim pra sociedade. Eu faço duas reflexões sempre quando tomo qualquer ação, qualquer atitude. Primeiro, antes de falar dessas decisões faço questão de manifestar, mesmo que sabendo que não terei direito a voto, que hoje temos 19 vereadores além do voto do presidente, portanto não empatará a votação, se empatasse eu votaria, mas como não empatará não votaria, mas faço questão de declarar aqui o que

pensamos sobre o projeto. As 2 reflexões que eu acho que são interessantes de todo cidadão levar em consideração são: a legalidade e a moralidade dos nossos atos. Pra mim, a legalidade precisa ser considerada sempre. Mas se é que é possível, a moralidade ainda mais. Porque pra mim a moral está acima da legalidade. Algumas ações são legais, tantas no Brasil, mas não são moralmente aceitas. E o contrário não acontece. Tudo aquilo que é moral certamente vai ser bom para a população. Então, eu fiz uma reflexão também, não consegui compreender as razões do veto. A pergunta muito simples que a gente faz é: Qual é o problema de aprovar esse projeto? Projeto que não traz custo pra o município. Um projeto que vai ao encontro do interesse dos cidadãos que nada mais querem do que trabalhar, e se possível com seu trabalho alegrar a vida de outras pessoas. Então teve um... muito bem feito ali: "Arte não é crime, é trabalho". Por que vetar? Então, esse eu não consigo entender esse veto. Muitos vetos a gente consegue compreender mas esse... como também, vereadora Danny de Paula, já está protocolado o veto ao nosso projeto do Maio Amarelo. Não consigo compreender, mas vou deixar pra manifestar esse projeto no dia do veto. Um projeto que é só pra reabrir um debate bom pra sociedade está vetado. Enfim, mas eu gostei muito da fala do vereador Gugu Bueno e quero pedir voto contrário ao veto. Eu acho que o projeto é possível de ser implantado, não vai trazer prejuízo pra ninguém, muito pelo contrário, entendo que só traz benefício pra sociedade em geral, é fazer as pessoas serem alegres, um pouco mais. E a fazer também as pessoas que trabalham no segmento terem uma opção a mais amparada legalmente. Mas quando o vereador Gugu Bueno fala dessa possibilidade de construção de um projeto, já que é importante a regulamentação dessas ações, eu também não posso abrir mão de aproveitar a oportunidade para, em caso de sendo mantido o veto, inclusive propor a assinarmos juntos, um projeto em construção com a secretaria, com o conselho, com os artistas. Inclusive eu me proponho a assinar convidando também o vereador Rui Capelão, convidando o Walmir Severgnini, o próprio vereador Gugu Bueno. Porque foi assim que aconteceu também tempos atrás quando infelizmente um projeto que nós havíamos feito foi vetado também, mas para construir um consenso, para construir um resultado de que é que adianta nós entrarmos aqui num embate, o veto ser mantido e depois não se construir nada mais. Então, em sendo mantido o veto, eu quero desejar que construamos juntos um projeto que seja então regularmente aceito, de maneira que seja então a forma ideal de regulamentação dessa discussão. Então eu quero pedir voto contrário ao veto, porque entendo que o projeto sendo implantado evita a discussão, o prolongamento do debate, no meu entendimento que não tem tanta necessidade assim, mas se for mantido o veto que nós possamos

continuar o debate pra regulamentar. Porque as pessoas que trabalham e a sociedade de Cascavel merece uma regulamentação desse projeto dessa atividade que é uma atividade sem dúvida importante já que em alguns momentos o município não oferece realmente a arte que nós desejamos, então para que pelo menos as pessoas possam oferecer. Então são essas as minhas considerações, pedindo voto... – Rui Capelão – um aparte vereador – Marcio Pacheco – tem 30 segundos, vereador, se o senhor quiser falar – Rui Capelão – é rapidinho. Eu gostaria simplesmente de colocar que se for mantido o veto que permitam que a Constituição seja respeitada que os artistas de rua continuem o seu trabalho até que haja uma nova lei de regulamentação. Obrigado. – Marcio Pacheco – Então, obrigado pela atenção. Espero que seja rejeitado o veto, caso não seja vamos ver se a gente consegue construir um diálogo proveitoso de construção em torno desse tema. Obrigado senhores. – Gugu Bueno – votação nominal, senhor presidente – Marcio Pacheco – nominal, proceda por gentileza senhor secretário em relação ao veto total ao Projeto de Lei nº. 17/2014 de autoria dos vereadores Paulino Pereira, Rui Capelão e Walmir Severgnini que dispõe sobre as apresentações dos artistas de rua nos logradouros do município de Cascavel e dá outras providências. Foram favoráveis: Aldoir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Lauri Dall'agnol, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem limites, Danny de Paula, Luiz Frare, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Marcos Rios, Pedro Martendal. Foram contrários: João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva, Walmir Severgnini. - Gugu Bueno - Com 12 votos favoráveis e 7 contrários, senhor presidente, veto mantido. Marcio Pacheco: Com 12 votos favoráveis e 7 contrários está mantido o veto total ao Projeto de Lei nº. 17/2014. O projeto de Lei nº. 181/2013 de autoria dos vereadores Luiz Frare do PDT e Nei H. Haveroth do PSL que dispõe sobre a destinação de resíduos sólidos em área não destinada a depósito ou coleta no âmbito do município de Cascavel e dá outras providências teve uma emenda protocolada, a emenda nº. 2 protocolada pelos vereadores Luiz Frare e Nei H. Haveroth que altera, modifica o art. 6º. e 7º. da Lei. A emenda teve o parecer contrário da Comissão de Saúde e Assistência Social. Em discussão, o parecer contrário à Emenda. – Nei H. Haveroth – Peço a palavra senhor presidente – Marcio Pacheco – Com a palavra Nei H. Haveroth - Nei H. Haveroth – senhor presidente, nobres pares, assistência. Senhor presidente, uma questão de correção e nós estamos conversando com o vereador Luiz Frare até pra não precisar deliberar os pareceres. Nós estamos fazendo um pedido verbal de retirada da emenda e se possível fazer uma correção na redação final onde a emenda coloca a correção do artigo que está repetindo o artigo 6º. para o artigo 7º. e a emenda nós solicitamos que seja julgada a

retirada dela nesse sentido – Márcio Pacheco – Só pra entender senhor vereador, o senhor está solicitando a retirada da emenda e pretende que seja feita uma correção na redação final do projeto. – Nei H. Haveroth - onde consta o art. 6º. Artigo 7º. – Márcio Pacheco – A emenda, defiro naturalmente a retirada da emenda. Então, eu gostaria só que o senhor esclarecesse aos senhores vereadores a cerca da correção na redação final que o senhor gostaria que fizesse para que todos possam deliberar com essa alteração. – Nei H. Haveroth – A correção seria no art. 6º. ele está repetindo um erro na digitação, foi repetido o art. 7º. como se fosse sexto. Então só pra colocar que e o art. 7º. em vez de repetir o art. 6º. duas vezes. – Márcio Pacheco – senhores, então, puramente um erro formal, sem nenhum problema, sem nenhum prejuízo para a redação. Simplesmente está digitado erroneamente art. 6º. por 2 vezes no final da lei. Então, simplesmente, na redação será substituído 6º. por 7º. no segundo 6º. constante no projeto. Em discussão o projeto senhores – Nei H. Haveroth – Peço a palavra, senhor presidente – Márcio Pacheco – com a palavra vereador Nei H. Haveroth – Nei H. Haveroth – até mesmo pedimos desculpa pelas comissões que tiveram que dar o parecer da emenda a esse projeto, mas a respeito do projeto nós concordamos plenamente e refletimos e vamos buscar informações técnicas a respeito da sugestão feita pelo vereador Jorge Menegatti que era duplicada essa lei. Nós fizemos a emenda, mas continuamos fazendo um estudo técnico em cima disso. O código de postura do município no seu art. nº. 29 ele trata de forma genérica de vários assuntos, inclusive trata de queimada no mesmo artigo. Nós estávamos solicitando com a emenda, a revogação do art. 29 do código de posturas. Mas como ele trata de mais de um assunto dentro de um mesmo artigo nós solicitamos informações técnicas junto à SEPLAN que está fazendo um estudo de reformulação do nosso código de postura do município. Que embora pra época que foi feito em 1989 ele significou um avanço muito grande, as pessoas que fizeram, realmente fizeram um trabalho muito bom em relação ao código de postura que ainda vigora até hoje, mas, alguns termos, algumas questões precisam ser totalmente reformuladas até pra adequar dentro de uma nova postura hoje que temos necessidade de uma atualização disso tudo. Então a secretaria de planejamento está fazendo um estudo dentro das secretarias pra modificar esse código de postura. Eu acho que a participação de nós vereadores em cima disso é importante. Então, ele também na lei, não vai estar afetando, contrariando o art. 29, nós estamos com essa lei dando uma especificação exatamente pra destinação do lixo. E ela não vai afrontar o art. 29. Porque, até mesmo no art. 31, do mesmo código de postura, ele ainda está ultrapassado porque ele está remetendo a multa à UF que é uma unidade fiscal ainda, não é UFN que está desatualizado da atual. E ele trata essa multa pra

todos os itens do capítulo da higiene. Ele não está tratando especificamente essa multa pro art. 29 e sim a todo capítulo que ele trata que é higiene pública que é o capítulo 1 do Título 2. Então, ele dá essa multa a todos os itens que contemplam esse título. Então, não há necessidade, segundo até levantamentos, estudo que nós fizemos de revogar esse art. 29 porque ele é meramente complementar de alguma forma e regulamenta especificamente a parte do art. 29 que trata do lixo. Então, nesse sentido, nós acreditamos que é um projeto que vem contribuir com a educação da população. Ele é punitivo, mas é muito mais educativo do que punitivo. E vem ajudar tanto nas questões ambientais como nas questões sócio-econômicas, no incentivo à reciclagem, nós temos a lei de resíduos sólidos que está pra ser implantada ainda este ano que é uma lei Federal. Uma outra lei tramitando na Câmara Federal sobre especificamente as bitucas. E essa lei ela vai dar uma especificação mais adequada à questão do lixo apenas e não dentro do art. 29 que trata também de queimadas e destinação de cadáveres de animais. Então acho que é uma questão de decisão, respeitamos a decisão de cada vereador que tiver posicionamento contrário e achar que no seu entendimento não é possível, mas nós, eu e o vereador Luiz Frare, posso falar por ele, estamos mantendo o projeto original. Era o que eu tinha senhor presidente, muito obrigado. – Márcio Pacheco – em segunda votação, o projeto de lei nº. 181/2013 de autoria dos vereadores Luiz Frare e Nei H. Haveroth que dispõe sobre a proibição de descartar resíduos sólidos em área não destinada à depósito ou coleta no âmbito município de Cascavel e dá outras providências. Requerendo que em sendo aprovado seja feita a correção na redação final onde consta por duas vezes art. 6º. no fim da lei que no segundo 6º. substitua-se por 7º. Por votação nominal proceda senhor secretário. Foram favoráveis: Aldoir Cabral, Cláudio Gaitero, Lauri Dall'agnol, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem limites, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Danny de Paula, Luiz Frare, Nei Haveroth, Paulo Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereador presentes. Pela totalidade dos senhores vereador presentes está aprovado em segunda votação o projeto lei nº. 181/2013. Projeto de lei nº. 30/2014 de autoria do poder executivo municipal que autoriza o município de Cascavel a desafetar, denominar e permutar área pública conforme especifica. Em votação o Projeto de lei nº. 30/2014 de autoria do poder executivo municipal que autoriza o município de Cascavel a desafetar, denominar e permutar área pública conforme especifica. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores

presentes está aprovado em segunda votação o projeto de lei nº. 30/2014. Projeto de lei nº. 31/2014 de autoria do poder executivo municipal que dispõe sobre desafetação de um trecho da Rua Marechal Cândido Rondon com a Rua Cacequi no loteamento denominado Jardim Ana Paula e dá outras providências. Em discussão. Em votação o Projeto de lei nº. 31/2014 de autoria do poder executivo municipal que dispõe sobre desafetação de um trecho da Rua Marechal Cândido Rondon com a Rua Cacequi no loteamento denominado Jardim Ana Paula e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes está aprovado em segunda votação o projeto de lei nº. 31/2014. Projeto de resolução nº. 06/2014 de autoria de maioria dos senhores vereadores e iniciativa da vereadora Danny de Paula que institui a Frente Parlamentar em defesa dos direitos da mulher na Câmara Municipal de Cascavel, em discussão. Em votação o Projeto de resolução nº. 06/2014 de autoria de maioria dos senhores vereadores e iniciativa da vereadora Danny de Paula que institui a Frente Parlamentar em defesa dos direitos da mulher na Câmara Municipal de Cascavel. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes, está aprovado em segunda votação o projeto de resolução nº. 06/2014. Requerimento encaminhado pelo senhor prefeito municipal por meio do ofício do gabinete nº. 300/2014 que requer deliberação de forma urgente do anteprojeto de lei que dispõe sobre a concessão de direito real de uso de bem público conforme dispõe o art. 45 da lei orgânica. Em discussão. Em votação o requerimento encaminhado por meio do ofício do gabinete nº. 300/2014 do senhor prefeito municipal Edgar Bueno que solicita deliberação de forma urgente o anteprojeto de lei que dispõe sobre a concessão de direito real de uso de bem público conforme dispõe o art. 45 da lei orgânica municipal. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes está aprovado o requerimento do gabinete do senhor prefeito municipal Edgar Bueno encaminhado por meio do ofício nº. 300/2014. Em relação aos demais requerimentos senhores vereadores, 148, 149, 150, 151, há consenso na deliberação? – Gugu Bueno – há consenso senhor presidente – Márcio Pacheco – havendo consenso farei a leitura das ementas dos requerimentos e deliberaremos todos em conjunto. Requerimento 148/2014 de autoria do vereador Jorge Bocasanta do PT que requer informações junto à Secretaria de Saúde do município de Cascavel referentes a pagamento adicional PSF à atendentes de farmácia. Requerimento nº. 149/2014 de autoria do vereador Gugu Bueno do PR que requer que a CETTRANS providencie estudo sobre a

implantação de redutor de velocidade eletrônico na Rua Cuiabá. Requerimento nº. 150/2014 de autoria dos vereadores João Paulo, Nei H. Haveroth, Jaime Vasatta, Walmir Severgnini e Lauri Dall'agnol, requer ao Departamento de estradas e rodagens – DER, a instalação de um semáforo na BR 277 na forma que especifica e o requerimento nº. 151/2014 de autoria do vereador Paulo Porto do PC do B que requer informações sobre o atendimento à saúde dos conselheiros tutelares. Havendo consenso na deliberação, em votação estão os requerimentos 148, 149, 150 e 151, cujos sumários foram lidos recentemente. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os que forem contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores presentes estão aprovados os requerimentos 148, 149, 150 e 151, finalizando assim a matéria da ordem do dia. Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamentos de interesse público e o primeiro inscrito é o vereador Rui Capelão. Rui Capelão – senhor presidente quero dispensar o espaço por gentileza – Márcio Pacheco – próximo inscrito vereador Jaime Vasatta – Jaime Vasatta – quero saudar o presidente desta Casa, demais vereadores, vereadora, assistentes, a imprensa. Eu quero a título de esclarecimento, um episódio que aconteceu ontem em relação à comissão processante. A gente fica sabendo muitas vezes pela imprensa, infelizmente, vereador Rui Capelão. De forma assim, de surpresa. É lamentável que tenha acontecido isso. Quero dizer a V. Excelência, vereador, que eu não estou fugindo. Eu sou um dos primeiros vereadores que chega nesta Casa todos os dias. O senhor tinha 14 dias pra me entregar e o senhor mandou alguém me procurar ontem, exatamente no horário que eu estava na prefeitura numa reunião. É dizer isso porque as notícias são distorcidas de forma maldosa como se tem colocado. Eu acho que nós temos que parar com as mentiras, vereador, e ter mais responsabilidade nas coisas que nós estamos fazendo nessa CPI. Porque desde o início desta, já estamos quase chegando aos 90 dias desta comissão apenas uma reunião deliberativa. Vocês têm acompanhado, não estou aqui mentindo, estou dizendo a verdade, inclusive através de documento que o senhor encaminhou pra nós. Como é que vamos fazer isso? Ao contrário do que foi feito aqui de forma democrática através do presidente desta casa, escolhendo 3 vereadores pra compor a comissão processante. Eu acho que chegou o momento da gente falar, infelizmente, não tiver uma assessoria jurídica mas mesmo assim, não estou fugindo, vereador. Nós temos que buscar encaminhamentos de forma sem tomar lado nenhum. O meu lado, também acho que do vereador João Paulo é de esclarecer os fatos porque essa população está ansiosa pra saber. Em nenhum momento estou fugindo da minha obrigação. Não gostaria de estar aqui nesta comissão. Eu acho que qualquer vereador, o senhor já passou por

esse momento, teve dificuldade também. A gente tem de pensar no que a gente fala. Então eu queria só esclarecer que o senhor me respeite como vereador, como eu respeito o senhor. Nós precisamos tomar algumas atitudes de forma democrática pra não prejudicar as pessoas que estão envolvidas, o senhor mesmo falou agora pouco: licenciamento de trabalho dos artistas de rua, o senhor acha que isso falou a verdade? Porque na comissão processante não está acontecendo isso. As pessoas estão cobrando. – João Paulo – dá um aparte vereador. Senhor presidente, senhores vereadores, assistência, imprensa que nos acompanha. Na verdade eu queria ajudar nessa colocação que o vereador Jaime Vasatta fez porque afinal de contas, muitas vezes quando a gente bate na mesa, quando a gente fala algumas coisas, criticam achando que a gente está apoiando, está cumulado aqui nesta Casa. Mas eu quero dizer o seguinte: não foi como o vereador Jaime Vasatta disse, não foi escolhido pelos vereadores e sim foi sorteio deliberado nesta mesa aqui. Poderia ser eu, poderia ser o vereador Jaime Vasatta como qualquer um dos senhores que estão aqui. Então nesse sentido, eu gostaria só de ajudar na fala do vereador que muitas vezes está vindo uma pressão tão grande na cabeça do vereador e de toda a cúpula achando que o vereador está correndo. Ora, nós tínhamos prazo de quase 14 dias pra apresentar documentos até o presente momento somente ontem, daí foi uma correria. O vereador Rui Capelão viajou, ninguém foi cobrar ele lá no Rio Grande do Sul onde ele estava. Então vereador, o senhor como presidente, com todo respeito que eu tenho por V. Excelência até porque é o mais velho desta Casa, pessoa vivida já de segundo mandato. O senhor tem a clareza que a comissão quer esclarecer os fatos da melhor forma possível. Nós não somos de assinar um papel num dia no outro dia voltar pra trás. Então gostaria só de contribuir com esta fala do vereador Jaime Vasatta, vereador, eu quero considerar isso porque afinal de contas, ontem eu vi o jeito que veio essa pressão em cima de V. Excelência. V. Excelência tem feito de forma transparente as situações, era como nós gostaríamos que essa comissão terminasse desta forma, mas não está sendo. Meus sentimentos a V. Excelência, meus sentimentos porque parece que ontem terminava o prazo, sendo que nós temos esta deliberação até a semana que vem. Então é lamentável dizer que, realmente senhores vereadores, nós vivemos aqui num conjunto de 21 vereadores. Só que de vez em quando, cada um joga pra um lado e esquece que isso aqui é uma Casa de leis que deveria se unir, se dar as mãos e não ficar fazendo desavenças e discórdias. Obrigado pelo aparte vereador. – Jaime Vasatta – Só pra concluir, vereador Rui Capelão, com todo respeito que eu tenho pelo senhor, vamos fazer as coisas com mais clareza com mais transparência que é a população que precisa realmente estar sabendo disso, a própria

imprensa tem acompanhado porque não é possível continuar dessa maneira porque não haveria motivo de formar uma comissão, porque só eu faço, deixo de fazer e faço do jeito que eu quero. Não é assim vereador, tem que respeitar, pois não vereador – Cláudio Gaitero - obrigado vereador pelo aparte. Senhor presidente, senhores vereador, assistência. Eu lamento, Jaime Vasatta. Eu acompanhei ontem pela imprensa e lamento tenha ocorrido isso, mesmo porque nós, juntamente com o vereador Bebber e Paulo Porto. Nós também participamos de uma CPI nesta Casa e em nenhum momento, em nenhuma reunião, eu como presidente daquela comissão tomei deliberação sozinho. Está aqui o relator, vereador Paulo Porto. Eu lamento então que esteja acontecendo isso, porque se foi sorteado 3 vereadores para formarem a comissão, essa comissão tem que ser conduzida pelos 3 vereadores. Não só por um vereador. Então fica aqui o meu lamento, o meu apoio a V. Senhoria nesse sentido. E sabemos da sua índole, da índole do vereador João Paulo que realmente é lamentável que tenha ocorrido isso porque imagino que cercear o direito da pessoa trabalhar é lamentável, obrigado – Jaime Vasatta – Só pra concluir senhor presidente, eu quero dizer não tem problema nenhum, gostaria que você me respeitasse, vereador Rui Capelão, como eu respeitei o senhor hoje de manhã quando o senhor foi lá na minha sala notificando o vereador pra receber a documentação. Eu acho que é dessa forma que nós tem que reagir, porque nós temos que dar realmente uma resposta decente pra população de Cascavel. Muito obrigado. - Luiz Frare – eu quero me solidarizar com V. Excelência e conhecendo a pessoa do Jaime Vasatta, ao longo dos anos que é servidor público municipal, eu não tenho nenhuma dúvida da sua responsabilidade, da sua conduta ilibada, do seu caráter e principalmente do respeito que o senhor tem com a causa pública. Era isso obrigado – Rui Capelão – questão de ordem senhor presidente. Eu, com satisfação, até, me refiro ao fato que o vereador Jaime Vasatta comenta, gostaria de dizer que sempre tive... – Gugu Bueno – questão de ordem senhor presidente é como questão regimental e não pra você explanar sua opinião. Então peça palavra, peça um aparte e não questão de ordem – Rui Capelão – vereador se referiu a mim eu tenho direito de responder - Gugu Bueno – Questão de ordem não serve pra isso. – Márcio Pacheco – o próximo vereador a falar é o vereador Jorge Bocasanta e eu quero acreditar que ele poderá lhe conceder um aparte porque o regimento infelizmente não prevê que inclusive quando o vereador acaba sendo mencionado tenha o direito de se manifestar. A questão de ordem de fato é só pra apresentar uma ilegalidade apontada no regimento. Então se o senhor puder passar a palavra pra o vereador Bocasanta – Rui Capelão – pois não, espero que o Bocasanta me dê essa oportunidade – Jorge Menegatti – senhor presidente, caros colegas, plateia. Fala Rui Capelão –

Rui Capelão – Obrigado Dr. Bocasanta. Então vou continuar dizendo que sempre tive muito respeito pelo vereador Jaime Vasatta, grande admiração por ele, sempre fomos amigos. Mas cheguei a comentar algumas vezes com o vereador Jaime Vasatta e com o vereador João Paulo: Vocês não precisavam estar nesta enroscada porque vocês já estavam em outra, que era a CPI da saúde. Poderiam ter deliberado isso para outras pessoas. E sei que como é uma comissão processante é uma coisa complicada. Eu jamais estou numa comissão processante pensando em punir alguém ou não punir. Eu tenho que fazer um trabalho isento para a Casa. Porque quem vai decidir são os senhores vereadores. Mas claro que comecei a sentir algumas coisas já no começo, será que assino, será que não assino. Como é que vamos decidir essas coisas, que algumas coisas às vezes ficavam pendentes. E nós tínhamos prazo. Eu queria fazer isso aí 45 dias, dia 30 agora vai dar 90 dias. Não consegui fazer dentro do prazo. Procurei por várias vezes tentar conciliação em algumas reuniões, eu não tive essa capacidade, dessa conciliação, porque eu via que estavam querendo que eu desviasse o que a lei determina. Quando a lei diz lá: é dever do presidente. Eu como presidente me portei sempre como presidente. Ela nunca disse que é dever da comissão. É dever do presidente. As questões de prazo, se perder o prazo e não for julgado dentro do prazo, quem levará a culpa? O presidente não observou os prazos. Portanto eu tenho uma preocupação muito grande com essa Casa, com os vereadores que assinaram esse pedido da comissão processante para que leve da melhor forma possível. E estamos aí no fim e semana que vem tem que ser resolvida esta questão. Portanto, às vezes eu tenho que fazer pressão sim. Às vezes eu tenho. Quando o advogado me chama lá de monocrático é porque a lei é monocrático. Não sou eu que sou. A lei dá esse direito para o presidente. Obrigado, vereador Bocasanta – Jorge Bocasanta – então, depois da briga vem a tempestade. Hoje eu estava lendo o jornal Hoje e daí eu vi tanta mentira, tanta enganação que eu tive que falar. Não vi quem que ó jornalista aqui, mas aqui está o seguinte: helicóptero ajudou em 20 mil atendimentos, afirma governador. Então é o seguinte, Gugu Bueno, meu amigo. Sabe quanto custa esse helicóptero? 11 milhões, mas não é o preço do helicóptero, é o preço do aluguel do helicóptero. Quando eu vejo assim que na saúde, Pedro Martendal, na saúde e na educação não deveria ter roubo. Não deveria. Deveria ter a merenda certinha o remédio certinho. 11 milhões por ano. O Santa Catarina fechou as portas, está o Hosp. Salete tentando abrir, não vai conseguir porque o governo tinha coragem de mandar em torno de 250 mil pra o Santa Catarina funcionar. O helicóptero, este que transportou 20 mil atendimentos, o que é mentira, consome 11 milhões por ano. Dá quase 1 milhão por mês. Então, não sei porque eles falam assim que...

lógico, amanhã nesse mesmo jornal vai falar assim: um queimado foi levado pra Londrina em salva-vidas, não sei o que. Mas me falar que atendeu 20 mil atendimentos. É uma mentira. Isso é só pra justificar o valor de 11 milhões porque no máximo deve ter feito 20 viagens mais ou menos, eu calculo. Então aqui está o dinheiro público indo pro lixo. Se fala tanto que o CISOP não fazer aquilo que é pra ser feito. Que o povo vai e volta e não resolve praticamente nada. Então se dessem esses 11 milhões pra nós, pegasse assim uma instituição, hospital da zona norte, 11 milhões ele sobrevive durante um ano, Rui Capelão . Dava pra internar 400 pessoas por mês, daí nós não íamos ver esse aumento que parece uma projeção geométrica das mortes que estão acontecendo nos PAC's. O cidadão, aquele que morre no PAC. É uma tristeza que tem. Porque o cara trabalhou a vida inteira e chega a hora que precisa de um conforto é jogado numa maca no chão. Então eu sempre achava que a educação era mais importante que a saúde, mas depois que eu quase fui visitar São Pedro eu acho que a saúde é mais importante que a educação. Porque o cara quando está com dor, está doente não consegue trabalhar. Nesse país hoje um pedreiro, um carpinteiro, um eletricitista vive muito bem. Então se ele tiver saúde não precisará de educação pra dar sustentação digna à família. É tipo o projeto aqui. O palhaço, o artista de rua, ele não precisa muitas vezes de educação se ele já é um artista. Então esse dinheiro jogado fora com esse helicóptero aqui, que colocam em destaque aqui no Hoje. O Hoje tem que parar de mentir pra sociedade. Tem que chegar e dizer assim: tem gente morrendo ali. E porque estamos gastando 11 milhões. Isso aí não é porque é do PSDB, do PT, seja quem for. Isso aqui é uma vergonha. Além de tudo eles mentem. Nós temos nossa presidenta. Tem algum problema tem, mas estão fazendo uma maracutaia contra ela. Vamos ver este país dos últimos 12 anos, dos últimos 20. Nós estamos caminhando pra frente. Olha a copa do mundo, quem não gosta de copa do mundo? Teve o super faturamento? Vamos ir atrás. Mas quem não gosta? Meu sonho era ter ido assistir ao jogo. – Paulo Bebber - um aparte, vereador. Eu acompanhei hoje essa matéria e eu tenho certeza que amanhã o Jornal Hoje vai retificar porque é impossível desde quando existe até agora é impossível um atendimento nesse número. Tem um erro sim, eu tenho certeza que eles vão corrigir esse erro. Obrigado pelo aparte. – Paulo Porto – vereador Bocasanta um aparte por favor. 20 mil atendimentos em quantos dias? Dá mais ou menos quantos por dia? O senhor fez essa conta? – Jorge Bocasanta – Eu fiz a conta, dá 133 atendimentos por dia – Vanderlei Augusto da Silva – 133 por dia, segundo a reportagem do Jornal Hoje. Espetacular. Esperamos amanhã a retratação do Jornal Hoje. Muito obrigado, Bocasanta – Vanderlei Augusto da Silva – me concede um aparte vereador Bocasanta? Desta forma a saúde no nosso

estado tem sido de excelência, mas eu acho que o governador errou, talvez seja 20 atendimentos neste período porque fez um milagre, é muito milagreiro o governador e é milagreiro também esse avião e esse piloto que pilota tudo isso. É um milagre que está acontecendo e a transformação da saúde do Paraná. Obrigado – Jorge Bocasanta – Eu fiz a conta aqui, dá 5.5 atendimentos por hora. O helicóptero, ele fica baseado ali perto do Zoológico, nem os urubus estão dormindo de tanto o avião de rosca funcionando. Mas então era só isso. – Jorge Menegatti – me dá um aparte vereador. Obrigado pelo aparte nobre vereador Bocasanta. Eu vejo que... vou falar aqui de governo federal em meu pouco tempo. Não falar de governo federal em questão de PT, PSDB, PMDB, governo federal em geral. O não cumprimento da Constituição do Brasil é que dá assuntos pra tudo isso. Porque está garantido na Constituição do nosso país que o povo tem direito à saúde, à educação, à segurança e mais um monte de coisa. O não cumprimento, a incompetência do governo como um todo é que dá margem pra esse tipo de assunto. Não deveria nem ser discutido isso no país. É um direito adquirido porque o povo já pagou e paga sempre esse atendimento e não recebe. Obrigado Bocasanta – Márcio Pacheco – senhores, o vereador Cardoso do PTN está aí? PTN, Cardoso Assis. Quero cumprimentar o vereador Paulo Porto que nos traz aqui o recado. Inclusive anotado aqui num cartão pessoal do Dep. Alfredo Kaefer, anotado no verso, mas fica meu registro de cumprimentos. Vereador Cardoso, seja bem vindo, prazer em recebe-lo aqui. E por fim com a palavra, vereador Gugu Bueno – Gugu Bueno – senhor presidente, eu tinha me inscrito pra falar no grande expediente, pra tratar de um assunto que na verdade achei por bem agora tratar num outro momento. O meu lado político, presidente, aquele lado que todos nós temos, que é o lado da sobrevivência, vereador Paulo Porto, que sempre nos alerta sobre a sobrevivência política, esse lado estava desde o momento da fala do vereador Jaime Vasatta, tentando me convencer a não me manifestar sobre a questão e sobre o desabafo do vereador Jaime Vasatta. Esse meu lado político assim o fazer porque ele sabe que alguns ouvidos mal intencionados poderão interpretar algo diverso do que vou falar. Poderão querer dizer que estou em defesa deste ou daquele. Que estou deste lado ou daquele lado. Contudo, no momento que eu já era quase convencido por este meu lado político, de que melhor seria nada falar, vi a coragem do vereador Bocasanta. Que com mérito ou não, correto ou não, tem a coragem de falar aquilo que pensa. E lembrei que durante minha vida antes de entrar nesta Casa, sempre um militante político, apaixonado pela política, sempre imaginava que se um dia tivesse um mandato público era pra lutar e defender por aquilo que eu acho certo. E essa coragem na verdade acabou superando esse meu receio político. Eu não posso deixar de me solidarizar com o

vereador Jaime Vasatta. A matéria e a reportagem dada pelo vereador Rui Capelão é dos maiores atos de covardia que eu já vi para com um colega de trabalho, enfim, uma pessoa da sua convivência. Ele é um ato de covardia porque ele sabe que a imprensa tem um poder, uma capacidade de se propagar muito rapidamente. Ainda mais com as nossas redes sociais, uma mentira que depois fica muito difícil de se desfazer. Mesmo que o vereador hoje tivesse a grandeza de vir a público e reconhecer que exagerou, que não deu aquela entrevista, com toda a certeza a repercussão dessa correção não seria 5% da repercussão negativa que a matéria que ele produziu teve. Eu preciso dizer independente do mérito dos trabalhos dessa comissão que eu nunca vi e provavelmente eu nunca verei tanto absurdo como realizado por essa comissão principalmente na figura do senhor presidente. Eu tive a oportunidade, e acho que a maioria dos vereadores também o teve, de acompanhar, porque é interesse de todos nós, os depoimentos, os trabalhos da comissão. Acompanhamos via imprensa, acompanhamos conversando com os vereadores, até porque somos todos parte de um grupo político. E o que eu aqui nesse Plenário em alguns dias, aquilo que era motivo de gargalhada e riso pra todos que aqui estavam, pra mim era motivo de tristeza. Porque as pessoas estavam gargalhando e rindo, não era do vereador Rui Capelão, era da Câmara de vereadores, era desta Instituição. E é essa preocupação que eu sempre tenho e sempre busco passar para os senhores: da responsabilidade que nós devemos ter com nossos atos e com nossas falas. Porque quando aqui um vereador fala ou age de uma maneira irresponsável, muitas vezes ele coloca a Câmara, a instituição Câmara Municipal numa situação muito difícil, essa é uma Casa de pares. Temos um presidente, mas o presidente desta Casa, estou aqui apenas fazendo uma analogia, não é nada mais do que nenhum dos outros 20 vereadores. Ele está presidente mas ele é vereador. Essa é uma Casa Legislativa composta por 21 vereadores. Eu vi, para o meu absoluto espanto, não só decisões, mas falas no sentido de que não. Sou eu que faço e aconteço. Mas senhor vereador, vamos deliberar em conjunto pela maioria dos votos. Não tem maioria dos votos, o que vale é a minha decisão, é a minha fala. Eu poderia aqui deliberar, principalmente na condição de advogado que sou, enumerar milhares de absurdos cometidos durante este processo que se assemelha a um processo criminal. Mas não vou entrar neste mérito, estou apenas entrando no mérito político, da falta de respeito para com os demais vereadores. De não entender que esta é uma Casa e que vence nesta Casa a maioria, seja no Plenário, seja nas comissões permanentes, ou nas comissões especiais. Vereador João Paulo, vereador Jaime Vasatta não pediram pra fazer parte desta comissão. E falo isso porque poderia ser qualquer um de nós, participando dessa comissão, inclusive eu. E

hoje, eu agradeço a Deus porque não fiz parte dessa comissão tendo como presidente uma figura como senhor Rui Capelão. Porque com toda certeza, talvez eu perderia aquilo que eu mais preservo, que é meu espírito democrático e republicano, porque simplesmente, a forma como foi conduzido estes trabalhos, simplesmente, a forma como esse vereador tentou humilhar os outros vereadores, impondo o seu autoritarismo, não é condizendo com o regime democrático e com a Casa Legislativa. Então, sabendo que terei inúmeros problemas por esse posicionamento, sabendo que provavelmente as repercussões serão negativas na minha fala, mas eu não poderia, vereador Jaime Vasatta, deste momento de me solidarizar com V. Excelência, dizer que assim como vereador Luiz Frare disse, V. Excelência tem uma história em Cascavel, V. Excelência se elegeu sendo servidor público do município de Cascavel, tem uma história muito bonita, e não será a fala irresponsável de um vereador dizendo que V. Excelência estava fugindo que irá manchar a história de V. Excelência principalmente para aquelas pessoas que lhe conhecem. Obrigado, presidente – Márcio Pacheco – senhores, é o último pronunciamento. Eu agradeço a todos pela presença, próxima sessão: segunda-feira às 9 e meia da manhã, obrigado a todos, até semana que vem e encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e dez minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO

Presidente

GUGU BUENO

1º Secretário